

**Metrobus Transporte Coletivo S/A**

<b>Metrobus - Transporte Coletivo S/A</b>							
<b>Demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2022</b>							
<b>Balanco Patrimonial em 31 de dezembro</b>							
Em Reais Mil							
	Notas explicativas	2022	2021		Notas explicativas	2022	2021
<b>Ativo</b>				<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	26.869	10.663	Fornecedores	9	3.485	5.014
Contas a receber	4	9.615	4.673	Salários e encargos sociais	10	3.090	2.971
Estoques	5	4.074	3.147	Impostos e contribuições a recolher	11	13.240	13.520
Adiantamentos	6	272	268	Contas a pagar	12	11.848	8.561
		<u>40.830</u>	<u>18.751</u>			<u>31.663</u>	<u>30.065</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>				Provisão para contingências	13	38.570	23.954
Depósitos judiciais	7	7.186	7.367	Impostos e contribuições a recolher		6.132	5.950
		<u>7.186</u>	<u>7.367</u>			<u>44.703</u>	<u>29.904</u>
Investimentos		51	51	<b>Patrimônio líquido</b>	16	221.702	221.702
Imobilizado	8	31.266	34.003	Capital social (a)		86	86
		<u>31.317</u>	<u>34.053</u>	Reservas de lucros		6.738	6.820
		<u>2.967</u>	<u>203</u>	Reservas de reavaliação		(225.559)	(228.406)
		<u>79.333</u>	<u>60.172</u>	Prejuízos acumulados			
<b>Total do ativo</b>				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>79.333</u>	<u>60.172</u>
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis							
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>							
Em Reais Mil							
						2022	2021
Lucro/Prejuízo do exercício						2.764	(392)
Realização da reserva de reavaliação						83	76
<b>Resultado abrangente total</b>						<u>2.764</u>	<u>(316)</u>
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis							
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>							
Em Reais Mil							
	Capital social		Reserva de lucros	Reserva de reavaliação	L / P acumulados	Total	
	Subscrito	A integralizar					
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	224.493	(2.790)	86	6.979	(213.897)	14.871	
Integralização de capital	(2.790)	2.790	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(83)	83	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(14.277)	(14.277)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	221.703	-	86	6.896	(228.091)	594	
Reversão do capital a integralizar	-	-	-	(76)	76	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(391)	(391)	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	221.703	-	86	6.820	(228.406)	203	
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(83)	83	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.764	2.764	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	221.703	-	86	6.737	(225.559)	2.967	
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis							
<b>Demonstrações do Resultado</b>							
Exercícios findos em 31 de dezembro							
Em Reais Mil							
<b>Composição das Contas de Resultados</b>					Notas explicativas	2022	2021
<b>Receita líquida de vendas de serviços</b>							
Transporte operacional				14-a1	77.258	49.432	
Permissionários				1.405	1.066		
Receita de subvenção - Econômica				14-a2	38.067	39.773	
Deduções de vendas de serviços				(1585)	(1033)		
Outras				14-a3	17.882	21.988	
<b>Receita líquida de vendas de serviços</b>					<u>133.028</u>	<u>111.226</u>	
Custo dos serviços prestados				14-b	(100.027)	(74.766)	
<b>Lucro bruto</b>					<u>33.001</u>	<u>36.460</u>	
<b>Receitas e despesas operacionais</b>							
Despesas administrativas				14-b2	(13.059)	(22.324)	
Causas cíveis, trabalhistas e tributárias				14-b2.1/b2.2	(20.487)	(39.352)	
Outras receitas e despesas operacionais				3.341	10.571		
Lucro/prejuízo operacional					<u>2.795</u>	<u>(14.645)</u>	
<b>Resultado financeiro</b>							
Despesas financeiras				14-b3	(159)	(476)	
Receitas financeiras					128	81	
<b>Receitas/despesas não operacionais</b>							
Alienação de bens				15-a	-	14.648	
					(31)	14.254	
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>							
					<u>2.764</u>	<u>(392)</u>	
Imposto de Renda e Contribuição Social				-	-	-	
<b>Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício</b>					<u>2.764</u>	<u>(392)</u>	
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis							
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>							
Exercícios findos em 31 de dezembro							
Em Reais Mil							
						2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>							
Lucro / (Prejuízo) do exercício						2.764	(392)
Depreciação e amortização						5.531	7.517
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas						14.617	3.210
						<u>22.912</u>	<u>10.335</u>
<b>(Aumento) diminuição de ativos</b>							
Contas a receber						(4.943)	10.852
Estoques						(927)	-24.12
Impostos a recuperar						-	16



Adiantamentos	(4)	259
	<b>(5.874)</b>	<b>8.715</b>
<b>Aumento (diminuição) de passivo</b>		
Fornecedores	(1.530)	(3.592)
Impostos e contribuições a recolher	(98)	(1.945)
Salários e encargos sociais	120	(1.341)
Contas a pagar	3.287	(1.675)
	<b>1.779</b>	<b>(8.553)</b>
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais</b>	<b>18.817</b>	<b>10.497</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Venda de bens do ativo imobilizado	-	1.498
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(2.611)	(1.458)
	<b>(2.611)</b>	<b>40</b>
<b>Caixa Líquido consumido pelas atividades de investimentos</b>		
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital	-	-
	<b>16.206</b>	<b>10.537</b>
<b>Caixa Líquido das atividades de financiamentos</b>		
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	16.206	10.537
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.663	126
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>26.869</b>	<b>10.663</b>
	<b>16.206</b>	<b>10.537</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1 Informações gerais**

A Metrobus Transporte Coletivo S.A., constituída em 29 de dezembro de 1997, é uma empresa de economia mista, que tem como objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros no município de Goiânia, mediante contrato de concessão.

Em 20 de abril de 2011, foi celebrado entre a Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo – CMTC e a Metrobus Transporte Coletivo S.A. novo contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros correspondente ao lote nº 01 do sistema integrado de transporte da Rede Metropolitana de Transporte Coletivo (SIT-RMTC). O prazo do referido contrato é de 20 anos contados da data de sua assinatura.

Em 06 de agosto de 2014, foi celebrado entre as Empresas Metrobus Transporte Coletivo S.A., Rápido Araguaia Ltda., Viação Reunida Ltda., Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás, com intervenção do Consórcio da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos da Grande Goiânia - Consórcio RMTC, e Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Goiânia – Setransp, instrumento de Acordo Operacional “Subsistema Anhanguera”, para extensão dos serviços da linha estrutural do Eixo Anhanguera, pela Metrobus Transporte Coletivo S.A., alcançando o perímetro urbano dos municípios de Trindade, Goianira, e Senador Canedo. O prazo de vigência do referido acordo é de mesmo período de vigência do contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros mencionado no parágrafo precedente, e o rateio da receita tarifária do Subsistema Anhanguera previsto no item 8.4 do Acordo Operacional será na mesma proporção do quantitativo de alocação de frota para prestação dos serviços; 75,00% para a Metrobus Transporte Coletivo S/A, 12,50% para a Empresa Rápido Araguaia Ltda., 10,38% para a Empresa Viação Reunidas Ltda., e 2,12% para a Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás.

Em 14 de outubro de 2014, a Carta Conjunta nº EA-009/2014, suspende o critério de rateio definido no item 8.4 do Acordo Operacional de 06 de agosto de 2014, e institui a novo critério de rateio que passa a ser com base na receita média de cada concessionária, calculada com base nos últimos 06 meses, obedecendo aos seguintes percentuais, 47,30% para a Metrobus Transporte Coletivo S/A, 26,35% para a Empresa Rápido Araguaia Ltda., 14,12% para a Empresa Viação Reunidas Ltda., 8,50% para a Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás, e 3,73% para a Empresa HP Transportes Ltda.

Em janeiro de 2016, a Companhia passou a integrar ao Consórcio da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos – Redemob para de forma conjunta e compartilhada a: i) prestar os serviços de provimento, manutenção e operação de uma central de controle operacional, ii) prestar serviços de provimento manutenção e operação dos serviços de informação metropolitana, e iii) prestar serviços administração, operação, manutenção, limpeza, segurança e exploração comercial dos terminais de integração. Em 2018 a Companhia participou com os seguintes percentuais sobre as receitas e despesas geradas pelo Consórcio: i) 27,31% (janeiro a agosto), 26,02% (setembro a novembro) e 7% (dezembro). Conforme proposta de Deliberação nº 04/2018 de 19/10/2018 da RedeMob Consorcio, a partir de dezembro 2018 o modelo de rateio de despesas de “custeio do consorcio” foi alterado pelo modelo de custeio consolidado do Sitpass e Consorcio no percentual de 15% (Sitpass 8% e consorcio 7%) sobre o montante da receita operacional bruta de cada concessionária RMTC, vinculada a RedeMob Consorcio. A partir de 2020, conforme Proposta de Deliberação (PD) Nº 006/2019 da Redemob Consórcio ficou deliberado o custeio de 14% (Sitpass 8% e consórcio 6%), sobre valor atribuído a Metrobus do SMA.

A Companhia vem apresentando prejuízos operacionais e deficiência de capital de giro. A manutenção da atividade operacional, econômica e financeira da Metrobus Transporte Coletivo S/A depende, fundamentalmente, da reestruturação operacional, administrativa e financeira da companhia.

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de emergência global em razão da disseminação do COVID-19. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico.

O Estado de Goiás, em atenção às orientações do Ministério da Saúde, publicou o Decreto nº 9.633 de 13 de março de 2020, e reconheceu, igualmente, o Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN, impondo confinamentos e outras restrições para combater o vírus, o que resultou em uma queda da receita operacional da companhia na ordem de 63,11%.

Para manutenção das atividades da companhia o acionista majoritário “Governo do Estado de Goiás” através da Lei de Subvenção 20.733 de 17 de janeiro de 2020, e alterada pela Lei 20.818 de 27 de julho de 2020, aprovou para a Metrobus o montante de R\$ 18.700.000,00 (Dezoito milhões e setecentos mil reais). As subvenções econômicas autorizadas destinam-se a uma cobertura do déficit de manutenção das estações mencionadas, consoante art. 18 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Conforme valor aprovado de subvenção, e por conta da pandemia a empresa recebeu durante o ano de 2020 do acionista Estado de Goiás o montante de R\$ 17.400.000, (Dezesseis Milhões e Quatrocentos Mil Reais).

Em 2021 a Companhia recebeu R\$ 39.772.822,54 (Trinta e Nove milhões Setecentos e Setenta e Dois Mil, Oitocentos e Vinte e Dois Reais e Cinquenta e Quatro Centavos).

Em 2022 a Companhia recebeu R\$ 38.067.445,15 (Trinta e Oito Milhões, Sessenta e Sete Mil, Quatrocentos e Quarenta e Cinco Reais e Quinze Centavos).

Com a pandemia que veio a mexer com todas as atividades das empresas, se tornando perca de arrecadação em todos os segmentos, o transporte coletivo não foi diferente, para manter a empresa operando no sistema, o SET que representa as concessionárias de transporte coletivo da região Metropolitana de Goiânia abriu um processo junto ao Governo do Estado de Goiás, solicitando o Plano emergencial para cobrir o déficit das Companhias, e com a aprovação do Governo todas as empresas estão sendo beneficiadas com este projeto, inclusive a Metrobus.

**2 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios

apresentados, salvo disposição em contrário.

**1.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros, que quando aplicável, são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 4 - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

Nota Explicativa nº 9 - Vida útil do imobilizado.

Nota Explicativa nº 14 - Provisão para contingências riscos cíveis e trabalhistas.

As demonstrações contábeis da Metrobus Transporte Coletivo S/A foram aprovadas pela Administração em 31/03/2023, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após a data de encerramento de 31 de dezembro de 2022.

**Demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá suprir a deficiência de capital de giro e obter com base em uma expectativa razoável a reestruturação operacional, administrativa e financeira da Companhia.

**Pronunciamentos novos e revisados**

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do CPC’s/IFRS vigente a partir de 2022 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

**2.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa e depósitos bancários.

**Ativos financeiros**

**2.3.1 Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

**(a) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, contas a receber, demais a receber e caixa e equivalentes de caixa.

**2.3.2 Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos das transações para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos das transações são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa de investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em despesas financeiras, no período em que ocorrem. Na data base dos balanços não foram apurados ajustes em decorrência da aplicação das normas contábeis.

Os juros calculados pelo método da taxa efetiva são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras.

**2.4 Contas a receber**

As contas a receber são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes. Tal avaliação é baseada na análise individualizada, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

**2.5 Estoques**

Os estoques são avaliados e demonstrados ao custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada fixa.

**2.6 Imobilizado**

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 9.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

A média de vida útil do principal ativo imobilizado da Companhia, “Frota de Ônibus”, é de 12 anos, igualmente, a média de vida útil mencionada no contrato de concessão, para substituição do ativo.

**2.7 Intangíveis**

**Programas de computador (softwares)**



Licenças adquiridas de programas de computador e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada de cinco anos.

**2.8 Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

No mínimo anualmente ou quando há indicativos de redução do valor recuperável de ativos, a Companhia elabora estimativa dos valores em uso das unidades geradoras de caixa e/ou dos valores justos líquidos de despesas de vendas. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Nenhuma evidência de perda foi identificada nos períodos apresentados.

**2.9 Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

**2.10 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Nesse sentido, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas levam em consideração os critérios definidos no CPC 25.

Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

**2.11 Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração as especificidades de suas operações.

**Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

**2.12 Contrato de concessão**

Pela concessão dos serviços correspondentes ao lote nº01 Linha Eixo Anhanguera da Rede Metropolitana de Goiânia (RMG), contrato nº 001/2011, a companhia "Cessionária" pagara mensalmente a CMTc, a título de Parcela do Poder Concedente – PPC o valor correspondente a 2% (dois por cento) da sua receita operacional bruta arrecadada da cobrança das tarifas.

**3 Caixa e equivalentes de caixa**

	2022	2021
Caixa e bancos	26.869	10.663
	<u>26.869</u>	<u>10.663</u>

Caixa e Bancos, essa conta houve uma grande variação, devido a Companhia ser dependente através de subvenção econômica, a empresa recebeu recursos através de socorro emergencial, Plano de socorro emergencial da União, Semi-urbano, receita de operação esse saldo financeiro que será utilizado em 2023, os pagamentos são realizados pelo SIOFI, o que depende de estar com os recursos financeiros, para o momento da Liquidação.

**4 Contas a receber**

	2022	2021
Filial - C.M.T.C.	2.508	2.508
Repasse Estado Semi - Urbano Entorno de Goiânia	547	660
Outras contas a receber - (4.a)	10.056	5.000
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.496)	(3.495)
	<u>9.615</u>	<u>4.673</u>

(4.a) Houve uma grande variação no grupo de contas a receber, na ordem de R\$ 5.109 Milhões, haja visto que, com o complemento tarifário das cidades do entorno de Goiânia, e do próprio estado fez com que aumentasse esses créditos a receber no ano de 2022.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Metrobus Transporte Coletivo S.A. tem como objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros, neste seguimento a receita da prestação de serviços é reconhecida diariamente.

Relativamente ao crédito vinculado à Filial - CMTc, também lançado em Contas a Pagar, refere-se a déficit verificado quando da gestão, pela Companhia, do denominado Subsistema Alimentador Local, no período de 22/6/2003 a 31/8/2003. A responsabilidade pelo reembolso seria da CMTc, conforme deliberação do Poder Concedente, sendo essa a expectativa da Metrobus. Registre-se a existência de negociação tendente à celebração de eventual Termo de Encontro de Contas com a CMTc.

Quando ao crédito "Repasse Estado Semi-urbano", decorre de diferenças apuradas quando do repasse do subsídio aos usuários das linhas semi-urbanas, cuja atribuição de intermediação era da Metrobus. Nesse caso a legislação que regulava o reembolso à Companhia estabeleceu limites de valores inferiores ao que fora realizado, razão pela qual há expectativa na alteração de tal norma para que sejam regularizados os repasses a menor. Atualmente existe tratativa formal com o órgão do Poder Executivo Estadual no sentido de alcançar solução para recomposição do valor em aberto. Com decorrer dos anos, não houve avanço para alterar esta norma, o que levamos ao conhecimento do conselho, o qual sugeriu que realizasse a baixa do referido crédito tributário, posteriormente foi aprovado pela Diretoria, conforme ata do dia 13/09/2021, para que pudessemos baixar o crédito tributário, que pendurava desde o ano de 2005, sendo baixado o valor de R\$ 11.140 Milhões.

A companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas.

O saldo de "outras contas a receber" inclui valores decorrentes de créditos devidos por empresas prestadoras de serviços, em que a Companhia foi responsável solidária em débitos trabalhistas movidos contra aquelas empresas. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, com base na análise individual de cada devedor, realizada pelos consultores jurídicos, efetuou registro contábil de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2022	2021
Saldo inicial	(3.495)	(3.471)

	(1)	(24)
Novos registros		
Saldo final	<u>(3.496)</u>	<u>(3.495)</u>
<b>5 Estoques</b>		
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Bens de Consumo – Operadora	3.981	3.098
Bens de Consumo Administração	93	49
	<u>4.074</u>	<u>3.147</u>

Os estoques são avaliados e demonstrados ao Custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição, o custo é determinado usando-se o método da média ponderada fixa, com a frota estando mais sucateada requer mais reposição de peças, retífica de motores e caixa de câmbio, o que veio a aumentar nossos estoques.

**6 Adiantamentos**

	2022	2021
Férias e 13º Salário	176	173
Outros	96	95
	<u>272</u>	<u>268</u>

**7 Depósito judiciais**

	2022	2021
Saldo no início do período	7.367	7.507
Adições	2.317	2.217
Baixas/realizações	(2.498)	(2.357)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<u>7.186</u>	<u>7.367</u>

Os referidos depósitos estão atrelados a processos trabalhistas e civis movidos contra Companhia.

**8 Imobilizado**

Composto pelos bens patrimoniais utilizados para geração de caixa da Companhia. A companhia monitora os aspectos trazidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e avalia o valor recuperável de seus ativos sempre que identifica indícios de que o valor contábil registrado é superior ao retorno esperado para seus investimentos, realizando provisão contábil sempre que necessário.

Na data de fechamento das demonstrações contábeis, a administração entendeu que não havia indicação de que algum dos seus ativos tangíveis pudessem ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos de perdas, foram suspenso à depreciação de alguns veículos os quais se tornaram obsoletos.

**A movimentação do imobilizado em 2022 é demonstrada a seguir:**

Descrição	Anuais de 31/12/2022		Baixas	Saldo em 31/12/2021
	Taxas	Saldo em Depreciação		
<b>Imobilizado</b>	<b>31.266</b>	<b>3.050</b>	<b>-(5.787)</b>	<b>34.003</b>
<b>Imobilizado Operadora</b>	<b>25.768</b>	<b>3.043</b>	<b>-5696</b>	<b>28.423</b>
<b>Operadora</b>	<b>143.785</b>	<b>2.611</b>	<b>-(431)</b>	<b>141.605</b>
Equipamentos/Instalscies	1.062	292	-(33)	803
Movôs e Ummãos	359	-	-(11)	370
Edificações	593	-	-	593
Terrenos	442	-	-	442
Veiculos de Apoio	329	-	-	329
Frota de Ônibus	790	-	-(375)	1165
Software - Programss	131	-	-(12)	143
Frota de Ônibus Novos	139.360	2.319	-	137.041
Benfeteria	719	-	-	719
Moveis e Utensilios ADM	-	-	-	0
<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>-118.017</b>	<b>431</b>	<b>-(5.265)</b>	<b>-113.183</b>
Equipamentos/Instalações	-(730)	33	-(68)	-695
Moveis e Utensilios	10% a 40%	-(300)	11	-(19)
Edificações	4%	-(300)	-	-(24)
Veiculos de Apoio	7% a 20%	-(325)	-	-(4)
Frota de Ônibus	8% a 25%	-(790)	375	0
Software - Programs	-	-(131)	12	0
Frota de Ônibus Novos	-	-(115.145)	-	-(5.124)
Benfeteria em Propriedade de Terceiros	-	-(296)	-	-(30)
<b>Reavaliação</b>	<b>8.060</b>	<b>-</b>	<b>-(8)</b>	<b>8.067</b>
Equipamentos/Instalações	134.982	-	-(5)	139.653
Moveis e Utensilios	32.455	-	-(3)	35.291
Edificações	2.612.000	-	-	2.612.000
Terrenos	4.375.473	-	-	4.375.473
Veiculos de Apoio	99.228	-	-	99.228
Frota de Ônibus	799.500	-	-	799.500
Software Programms	6.028	-	-	6.188
<b>Depreciação</b>	<b>-2.562</b>	<b>8</b>	<b>-(83)</b>	<b>-2.487</b>
Equipamentos/Instalações	-135	5	-	-140
Moveis e Utensilios	-32	3	-	-35
Edificações	-1.490	-	-(83)	-1.407
Veiculos de Apoio	-99	-	-	-99
Frota de Ônibus	-800	-	-	-800
Software Programms	-6	-	-	-6

**9. Fornecedores**

	2022	2021
Fornecedores no país	3.485	5.014

A Administração da Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores nas datas de 31 de dezembro de 2022 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras, no exercício de 2022 a Companhia conseguiu baixar seu passivo com os fornecedores, principalmente com a quitação dos débitos com a Saneago, Norte Sul Comercio de Recapagens, Dual Construtora Ltda.

O vencimento das obrigações com fornecedores esta limitado no prazo de 12 meses.

**10 Salários e encargos sociais**

	2022	2021
I N S S	1.009	942
Salários a pagar	10	64
Provisão de férias	2.081	1.965
	<u>3.090</u>	<u>2.971</u>

**11 Impostos e contribuições a recolher**

	2022	2021
<b>Circulante</b>		
COFINS	3	3
PIS/PASEP	1	1
I S S Q N (a)	7.041	7.041
REFIS Municipal - ISSQN Parcelamento (a)	5.132	5.132
INSS Retenções	100	23
Outros Impostos e contribuições a recolher(d)	963	1.320
	<u>13.240</u>	<u>13.520</u>
	<u>2022</u>	<u>2021</u>

**Não Circulante**

Parcelamento PGFN LEI 11.941(b)	2.601	2.398
---------------------------------	-------	-------

Parcelamento PGFN LEI 12.996/14(b)	3.531	3.262
Parcelamento convencional INSS(c)	0,00	290
	<b>6.132</b>	<b>5.950</b>

A Companhia pleiteia na justiça a legalidade da incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza sobre a receita da prestação de serviços no transporte coletivo de passageiros. Conforme parecer dos consultores jurídicos, a Companhia tem grandes possibilidades de êxito nas ações que discutem o mérito da questão.

Em 2017, a Companhia aderiu ao PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) nos termos da Lei 13.946 de 24 de outubro de 2017, com o objetivo de inclusão e liquidação dos débitos inscritos na Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, mediante benefícios com redução de juros, multas e encargos legais, bem como utilização de créditos e prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre Lucro Líquido. Na data da consolidação, em decorrência de problemas no sistema eletrônico de dados da PGFN, os débitos da Companhia junto a PGFN não foram consolidados. A Administração tomou as providências para que ocorresse a consolidação de forma manual, mediante pedido administrativo enviado para a PGFN.

Sendo que na data de encerramento do exercício a PGFN excluiu nosso parcelamento, que até o presente momento, o órgão alegava não possuir mecanismos para efetuar a consolidação dos débitos, inclusive fomos notificados a negociar os débitos pendentes, sob pena de perder os benefícios da Lei 13.946 de 24 de outubro de 2017, foi feito o recolhimento do saldo remanescente do pedágio dos 5%, e que o restante iria ser pago com prejuízo fiscal em uma única parcela, entramos com recurso administrativo para voltar à adesão ao PERT com todos os benefícios a nos concedidos pela Lei.

No ano de 2022, tivemos audiência com Procurador da PGFN, onde foram esclarecidas as divergências, e que levaram a exclusão do referido parcelamento, que após análise os demais débitos na ordem de R\$ 4.600 (Quatro Milhões e Seiscentos) retornou ao Pert, no ano de 2022, e que no ano de 2023 os débitos previdenciários, também retornou ao Pert, sendo esses débitos na ordem de R\$ 1.600 (Hum Milhão e Seiscentos Mil).

Parcelamento convencional do INSS, parcelados na qual houve uma redução pelos pagamentos efetuados no decorrer do exercício, e saldo remanescente foi transferido do Longo para o Curto prazo.

Outros impostos e contribuições a recolher, foram pagos no decorrer do ano os parcelamentos do INSS desoneração da folha e parcelamento sobre a folha de pagamento, baixando o saldo deste grupo.

**12 Contas a pagar**

	2022	2021
Contas a Pagar Filial (a)	2.507	2.507
Acordos Judiciais(b)	131	1.289
CIA Metropolitana de Transportes	3.072	3.937
Saneago	233	233
Plano Socorro Emergencial União	4.793	
Outras(c)	1.112	595
	<b>11.848</b>	<b>8.561</b>

Refere-se a despesas diversas geradas pela administração do Transporte Alternativo, instituído no exercício de 2003. Os resultados para fazer face àquelas despesas em montante igual encontram-se escrituradas no ativo circulante, tais despesas decorrem da implementação e execução do Subsistema Alimentador Local, nos termos das Deliberações CDTC Nº 032/2003 e 035/2003 (Poder Concedente), no período de 22/06/2003 a 31/08/2003, pela Metrobus Transporte Coletivo S/A.

Foram realizados acordos Judiciais, Cíveis e Trabalhistas, sendo os de maiores relevância:

- Leste Transporte Coletivo
- CMTc Companhia Municipal Transporte Coletivo
- Djanira Luiza Conceição
- Andre Luiz de Oliveira Lima
- Varcelei Ribeiro de Andrade
- Willis Ferreira de Moraes
- Marlene de Lima Soares
- Alair Jorge da Rocha
- Sinoede Maria Guimarães Camelo

(c) No ano de 2022, houve um aumento nas contas do Consórcio Redemob, complemento do custo para os Terminais, aumentando nossas obrigações, haja visto, que consta em aberto 28 dias da fatura de novembro de 2022 e mais 31 dias da fatura de dezembro de 2023.

**13 Provisão para contingências**

Conforme as avaliações de êxito fornecidas pelos assessores jurídicos e também das avaliações da administração da Companhia, foi constituída provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, conforme a seguir:

	2022		2021	
	Prognóstico de perda provável	Depósitos judiciais	Contingências líquidas depósitos judiciais	Contingências líquidas depósitos judiciais
Cíveis	7.129	156	6.973	7.940
Trabalhistas	3.826	157	3.669	5.074
Tributário	27.615	-	27.616	10.940
	<b>38.570</b>	<b>313</b>	<b>38.258</b>	<b>23.954</b>

Em 31 de dezembro de 2022, o montante das contingências classificadas como "perda possível" por nossos assessores jurídicos, o qual não foi registrado provisão para riscos em conformidade com as regras contábeis vigentes é de aproximadamente R\$1.156Milhões para ações cíveis e R\$ 148 Milhões para ações trabalhistas, e no decorrer do exercício foram reconhecidos nas contingências tributárias uma variação de 2021 para 2022 de R\$ 14.976 Milhões. O do ativo de R\$ 7.186 Milhões refere-se aos depósitos judiciais.

A movimentação da provisão para perdas prováveis é como segue:

	2021			2022				
	Inicial	Transf.	Adições	Final	Inicial	Transf.	Adições	Final
Cíveis	17.112	-	-9172	7.940	7.940	-	-811	7.129
Trabalhistas	3.632	-	1.442	5.074	5.073	-	-1.247	3.826
Tributários	-	-	10.940	10.940	10.940	-	16.676	27.615
	<b>20.744</b>	<b>-</b>	<b>3.210</b>	<b>23.954</b>	<b>23.953</b>	<b>-</b>	<b>14.618</b>	<b>38.570</b>

**14 Composição das contas de resultado**  
**Receita líquida de vendas de serviços**

	2022	2021
Receita bruta	134.613	112.259
Impostos sobre as vendas	(1.585)	(1.033)
	<b>133.028</b>	<b>111.226</b>

Conforme artigo 1º da Lei 12.860 de 11 de setembro de 2013, as alíquotas do PIS e COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte público coletivo municipal de passageiros, por meio rodoviário, metropolitano, ferroviário e aquaviário foram reduzidas a zero.

Conforme inciso III do artigo 7º da Lei 12.546/11, a partir de janeiro de 2012 o INSS parte Empresa passou a ser apurado com base na receita da prestação de serviços de transporte passageiros à alíquota de 2%.

**(a) Receita Bruta de Vendas de serviços Operacional**

	2022	2021
--	------	------

Eixo anhanguera	573	526
Sistema de vale transporte	45.371	41.897
Repasse semi-urbano	7.734	7.009
Subvenção Econômica Lei Estadual 20.733/2020 (a2)	38.067	39.773
Plano Socorro Emergencial Estado de Goiás (a3)	10.889	14.720
Plano Socorro Emergencial Prefeitura de Goiânia (a3)	6.993	7.268
Complemento tarifário cidades do entorno e estado (a1)	23.581	-
Permissonários	1.405	1.066
	<b>134.613</b>	<b>112.259</b>

**(a1) Receita Tarifa Complemento Tarifário**

A Lei complementar 169 instituiu o complemento tarifário a partir de maio/2022 que disciplina a Rede Metropolitana de Goiânia, e alterado pela Lei 171 de 29 de dezembro - 2021, com serviços operados de acordo com a proporção do sistema de cada ente federativo, onde a apuração da bilhetagem é feita pelo consórcio Redemob pela quantidade de usuários, e os valores a receber são emitidos para a CMTc (Companhia Metropolitana de Transporte Coletivos), sendo o órgão responsável pelo recebimento conforme participação dos entes (Estado de Goiás, Prefeitura de Goiânia, Prefeitura de Aparecida de Goiânia e Senador Canedo), e quando do recebimento de cada ente repassa as concessionárias, a Estatal Metrobus emitiu faturas para a CMTc no montante de **23.581** milhões no exercício de 2022.

**(a2) Receita de Subvenção**

A Companhia recebeu recursos de subvenção econômica, na ordem de **R\$ 38.067** Milhões, com baixo custo do sistema tarifário, que tornou inviável, o sistema de transporte coletivo, para que pudesse colocar os carros para rodar, o que veio a dar um fôlego, para a sobrevivência da companhia.

A Lei 20.733 autorizou o poder executivo a conceder subvenção econômica a favor da Companhia para cobertura do déficit de manutenção e cobertura das despesas com pessoal e custeio, fazendo com que a empresa pudesse operar no sistema do eixo anhanguera.

**(a3) Plano Emergencial**

O Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Goiânia - Set, o qual Companhia é filiada, formalizou pedido junto ao Poder Concedente para obter auxílio emergencial, sendo que esse pedido foi para viabilizar todas as empresa do transporte coletivo de Goiânia e Grande Goiânia.

**(b) Custos dos serviços vendidos**

	2022	2021
Trafego (b1)	(69.472)	(54.634)
Manutenção	(26.895)	(16.745)
Setransp	(3.660)	(3.387)
	<b>(100.027)</b>	<b>(74.766)</b>
	2022	2021
Pessoal	(18.941)	(18.625)
Materiais	(29.461)	(19.741)
Depreciação	(5.124)	(7.348)
Serviços de Terceiros	(10.489)	(6.164)
Consórcio REDMOB	(9.117)	(6.142)
	<b>(73.132)</b>	<b>(58.020)</b>

**(b2) Despesas administrativas**

	2022	2021
Salários, encargos Sociais e outras	-9.171	-8.068
Contingências Cíveis e Trabalhistas (b2.1)	-3.812	-27.510
Contingências Tributárias (b2.2)	-16.675	-11.842
Materiais diversos	-662	-687
Serviços de terceiros	-2.004	-1.622
Perdas no recebimento de créditos (b2.3)	-	-11.183
Despesas tributárias	-1194	-752
Despesas não dedutíveis	-28	-12
Recuperação de despesas	18.092	22.473
Reversão de despesas	3.132	10.086
<b>Total</b>	<b>-12.323</b>	<b>-29.117</b>

**(b2.1) Contingências Cíveis e Trabalhistas**

**Justificativa:**

Houve uma variação de R\$ 23.698 Milhões, a vários acordos judiciais e trabalhistas em 2022, sendo:

Fernando Deodato da Silva
Elisângela Elias de Freitas Soares
Tiago Nunes Soares
Maria Rodrigues Xavier
Maria Alves Batista Gomes

**(b2.2) Contingências tributárias**

Houve ingresso de R\$ 16.676 Milhões, devido a reconhecimento de 80% do valor dos Auto de Infração da Receita Federal do Brasil, ref. Autuação INSS parte patronal da folha 01/2017 e 12/2018, Imposto de renda e CSLL, anos de 2007 e 2008.

(b2.3) Perdas no recebimento de crédito, no exercício de 2021, tivemos uma perda de crédito referente ao Semi-Urbano, créditos duvidosos e prescrição decadencial, no montante de R\$ 11.183 Milhões.

Provisão dezembro/2022	27.616
Provisão dezembro/2021	10.940
<b>Total Provisão dezembro de 2022</b>	<b>16.676</b>

**(b3) Despesas financeiras**

	2022	2021
Multas e Juros (*)	(67)	(366)
Outras despesas financeiras	(92)	(110)
	<b>(159)</b>	<b>(476)</b>

(b-3) No ano de 2022, a Companhia, conseguiu reduzir as despesas financeiras em R\$ 317 Mil.

**15 Receitas/Despesas não operacionais**

**(a) Venda de Ativo Imobilizado (Dação de Pagamento)**

A Companhia fez um acordo de uma Ação Cível, que pendurava desde 2012, onde a empresa Suécia Veículos S.A, pleiteava na justiça o recebimento de uma dívida na Ordem de R\$ 21.245 Milhões, onde a Companhia realizou acordo em R\$ 16.006 Milhões, dando como dação de pagamento uma área no valor de R\$ 14.648 Milhões, e o restante dos valores pagos diretamente ao credor, no ano de 2021, sendo que no ano de 2022, a empresa não chegou a vender nenhum ativo imobilizado.

**16 Patrimônio líquido**

**Capital autorizado**

A companhia estava autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 224.493Milhões, mediante deliberação do conselho de administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preços de emissão. Esse valor equivale a uma quantidade total de 224.493 ações autorizadas, com valor nominal de R\$ 1, por ação, sendo que o prazo para integralização do Capital Social era até 25/01/2018, foi concedido um novo prazo que concedeu 24 meses para integralização do referido Aumento de Capital que se encerrou em 25/01/2020, sendo estornado da conta Capital Social a realizar o valor não integralizado de R\$ 2.790 Milhões, a última deliberação de Aumento de Capital para o Companhia.

**Capital subscrito e integralizado**



O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 221.702 Milhões.

**17 Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa e equivalência de caixa, contas a receber e contas a pagar fornecedores.

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são demonstrados por categoria. Demonstramos:

**Ativos financeiros**

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	26.869	10.663
Contas a receber	9.615	4.673
	<b>36.579</b>	<b>15.430</b>

**Passivos financeiros**

	2022	2021
Fornecedores	3.485	5.014
Contas a pagar	11.848	8.561
	<b>15.334</b>	<b>13.574</b>

**18 (a) Instrumentos Financeiros:**

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos seus valores contábeis, não representam variações significativas em relação aos valores justos.

**(c) Gerenciamento de riscos:**

Os principais fatores de riscos inerentes às operações da Companhia são expostos a seguir:

(a) Risco de liquidez: o risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em função de realização e liquidação de seus direitos e obrigações. O gerenciamento de liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pela área de gestão da Companhia, de modo a garantir que, a geração operacional de caixa advindo da subvenção econômica, quando necessária, seja suficiente para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

**19 Impactos econômico-financeiros – prestação de serviço considerado essencial.**

A atividade operacional da Companhia é considerada essencial, portanto, continua operando com a prestação de serviços no transporte coletivo de passageiros na região de Goiânia e região Metropolitana de Goiânia.

Em atendimento ao CPC 24 – Evento Subsequente, a Administração da Companhia informa que ainda não é possível identificar alteração significativa nas atividades. Portanto, continua permanentemente avaliando a evolução da crise e os impactos que poderão ocorrer para isso, avalia que eventuais ajustes poderão ser necessários no futuro.

**20 Dependência Econômica e Financeira pelo Controlador Estado de Goiás.**

Devido a Companhia apresentar prejuízos operacionais e deficiência de capital de giro e visando a continuidade normal dos negócios e a preservação do seu ambiente operacional, a partir de 2021, a Companhia torna-se dependente orçamentariamente do Estado de Goiás com a sua inclusão no orçamento fiscal do Estado. Essa dependência a companhia passou a ter que fazer uma inovação em todo sistema Administrativo, Financeiro e Contábil, sendo que uma das obrigações seria realizar todos os pagamentos por meio do SIOF, e o sistema contábil além da contabilidade societária, teremos que realizar a contabilidade pública do Estado de Goiás, o que se tornou uma nova rotina de trabalho a serem realizadas pela Companhia.

A Administração declara que aprovou e está de acordo com as Demonstrações Contábeis apresentadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

FRANCISCO CALDAS Diretor Presidente	MIGUEL ELIAS HANNA Diretor Financeiro
ANTÔNIO MÁRCIO MIGUEL Superintendente Financeiro/Contábil	VALDIVINO CORREIA DA SILVA Contador CRC/GO, nº 9410

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022, compreendendo: Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado do Exercício, a Demonstração de Resultado Abrangente, as Mutações do Patrimônio Líquido e o Fluxo de Caixa, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas.

Com base no Relatório da Auditoria Independente (Parecer), concluíram que os documentos examinados traduzem, realmente, a situação patrimonial e financeira da empresa, estando estes, em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, em consonância com o Art. 163 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Goiânia, 17 de abril de 2023

MILTON ANTÔNIO ANANIAS JÚNIOR Membro	EDNILSON LINS RODRIGUES Membro
ROGÉRIO VALSECHY KARL Membro	

**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Os membros do Conselho de Administração da METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022, compreendendo: Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado do Exercício, a Demonstração de Resultado Abrangente, as Mutações do Patrimônio Líquido e o Fluxo de Caixa, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas.

Com base no Relatório da Auditoria Independente (Parecer), concluíram que os documentos examinados traduzem, realmente, a situação patrimonial e financeira da empresa, estando estes, em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Goiânia, 17 de abril de 2023

DORCILO RABELO Presidente do Conselho	
JOSÉ RUBENS MAGNINO Membro	RONAN ABREU REIS Membro
ANTENOR MITO FILHO Membro	LISANDRO COGO BECK Membro

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2022**

**Aos**

Acionista, Conselheiros e Administradores da  
METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S.A.

**1) Opinião com ressalva:**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para Opinião com Ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária da METROBUS, em 31 de dezembro de 2022, o resultado de suas variações patrimoniais e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**2) Base para Opinião com Ressalva**

**2.1) Teste de Impairment - CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos e Estudo para Reavaliação de Vida Útil - Resolução nº 1.177/2009 do CFC.**

Apesar da realização do inventário referente aos saldos de 31/12/2022, a METROBUS não efetuou o teste de impairment, para avaliação de eventuais perdas em relação ao saldo do seu acervo patrimonial, assim como não houve a realização de estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações. Anteriormente a depreciação era calculada de acordo com os critérios estabelecidos na legislação fiscal, já que não havia outro parâmetro vigente, no entanto, desde que se iniciou o processo de conversão da contabilidade aos padrões internacionais o cálculo da depreciação deve seguir como base o estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das novas bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R1) – Ativo Imobilizado, de que trata a CPC 27.

**3) Outros Assuntos**

**3.1 Relatório da Administração**

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerará se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Nesse sentido, não temos nada a relatar.

**3.2 Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nossos auditores, cujo Relatório de Auditoria foi emitido em 22 de abril de 2022, com opinião modificada acerca dos ativos imobilizados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**4) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da METROBUS continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a METROBUS ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da METROBUS são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**5) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da METROBUS.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da METROBUS. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a METROBUS a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Goiânia/GO, 3 de abril de 2023.

**AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S**

CRC/PE 000150/O "GO"

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "GO"

Jairo Aires de Sant' Ana

Contador - CRC/PE 028157/O-2 "GO"

Contador - CRC/MT 015226/O-7 "GO"